

Intercâmbio em óleo e gás

Evento promovido pelo IBP e a OGE Óleo.Gás Energia reuniu autoridades brasileiras e estrangeiras para discutir a regulação do setor

Em um momento de acirrada competição por investimentos na indústria de exploração e produção (E&P), o governo brasileiro discute mudanças regulatórias para garantir a atratividade do país no cenário internacional. A fim de contribuir com o debate, o Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) e a OGE Óleo.Gás Energia realizaram, em junho, a primeira edição do Oil & Gas Regulation International Benchmark Forum, no Rio de Janeiro.

Na abertura do evento, o presidente do IBP, Jorge Camargo, afirmou que o Brasil vive um momento especial, com as novas rodadas anunciadas pelo governo até 2019. "Não temos dúvida de que o país é competitivo, mas ainda temos muito o que fazer no âmbito regulatório", assinalou.

A CEO da OGE Óleo.Gás.Energia, Claudia Rabello, destacou o grande potencial petrolífero do Brasil, mas ressaltou que o país ainda sofre os efeitos do hiato de cinco anos sem leilões de blocos exploratórios. "Precisamos repor o tempo perdido", reforçou a executiva, que também chamou atenção para a demora no licenciamento ambiental. "Isso se tornou um gargalo para investimentos no Brasil".

Planejamento de leilões e licenciamento ambiental

Atualmente, 95 grupos econômicos desenvolvem atividades de E&P no país, que ainda tem menos de 4% de suas bacias sedimentares sob con-



O presidente do IBP, Jorge Camargo, e a CEO da OGE Óleo.Gás.Energia, Claudia Rabello, abriram a primeira edição do Oil & Gas Regulation International Benchmark Forum, no Rio de Janeiro

cessão, lembrou o superintendente de Licitações de E&P da ANP, Marcelo Castilho. "Com o planejamento de leilões e aprimoramento contínuo dos editais, contratos e da regulação, estou confiante que a indústria de O&G voltará a crescer. A agenda de leilões dá previsibilidade aos investidores".

Com a definição de um calendário de rodadas de licitações, o Brasil segue o caminho trilhado pelos EUA, Reino Unido e Noruega, que têm sido bem sucedidos ao promover oferta frequente de áreas.

O governo norte-americano, por exemplo, define programas quinquenais de oferta de áreas, realizando de duas a três rodadas por ano, mantendo em oferta por aproximadamente dois anos blocos onshore não arrematados.

O Reino Unido, por sua vez, deve promover sua 30ª rodada este ano e já tem programada a 31ª para 2018,

enquanto a Noruega realizou 15 leilões entre 2003 e este ano, excluídas as áreas de preservação permanente da pesca, onde não são permitidas atividades petrolíferas.

Nos três países o licenciamento ambiental para exploração e produção de O&G nos blocos concedidos é simples e eficiente, de forma a evitar atrasos no início das atividades.

P&D e Conteúdo Local

Gunnar Sjøgren, da Diretoria de Petróleo da Noruega (NPD), contou que, para desenvolver sua indústria de bens e serviços, a Noruega subsidiou empresas locais nas décadas de 70 e 80 e que, desde então, essas companhias conseguem competir com empresas estrangeiras mesmo sem o apoio de regras de conteúdo local.

Nos EUA e no Reino Unido também não há esse tipo de exigência. "Somos o quarto maior exportador de



Sjøgren, da Noruega: competitividade sem conteúdo local



Jessica, do Reino Unido: investimentos em pesquisa sobre descomissionamento



Rachel Halpern, dos EUA: oferta permanente de blocos terrestres



Gutman, da ANP: mais atenção para conciliação



Carvalho Vieira, do MME: trabalho para atrair investimentos



Heloisa, da ANP: estudos sobre garantias de abandono



Castilho, da ANP: previsibilidade para investidores

Realização:



Patrocínio:



equipamentos de óleo e gás”, ressaltou Rachel Halpern, do Departamento de Energia dos EUA (DOE).

Jessica Mackenzie, do Departamento de Negócios, Energia e Estratégia Industrial do Reino Unido (BEIS), mencionou que não existe obrigação para investimento em pesquisa e desenvolvimento no país, onde as empresas investem voluntariamente, de acordo com suas necessidades.

“Temos empreendido esforços para maximizar a recuperação nos reservatórios do Mar do Norte e criar soluções voltadas às atividades de descomissionamento”, destacou Mackenzie.

Seguros e garantias financeiras

No Brasil, a questão do descomissionamento é hoje tema de debate entre governo e indústria. “Estamos trabalhando para aprimorar regras sobre garantia de abandono e descomissionamento”, disse a superintendente adjunta de Licitações da ANP, Heloísa Esteves.

Tanto nos EUA, como na Noruega e no Reino Unido, as empresas interessadas licenças exploratórias precisam apresentar garantias financeiras e planos de abandono e descomissionamento.

Unitização e Arbitragem

Outro tema abordado no evento foi a unitização de campos petrolíferos. Para os palestrantes, a via da conciliação deve ser a primeira tentativa para evitar que os processos de unitização sejam judicializados, mas nem sempre isso é possível.

“Quando há conflitos, geralmente as petroleiras recorrem à arbitragem, podendo chegar à corte federal”, explicou Rachel Halpern.

Na Noruega, a decisão final pode ser tomada pelo Ministério Norueguês, caso não se alcance um consenso. “Re-

gras simples e bem consolidadas reduzem a probabilidade de conflitos. Nas unitizações envolvendo áreas não licitadas, por exemplo, estas são concedidas aos concessionários da área adjacente para evitar interrupção na produção” observou Gunnar Sjøgren.

O assessor da Diretoria Geral da ANP, José Gutman, assinalou que há mais de 100 processos judiciais em curso no Brasil. “É importante que, antes da judicialização, haja uma tentativa de conciliação. Precisamos dar mais atenção a isso”, comentou.

Monetização de gás natural

O compartilhamento de dutos é um tema que pode eventualmente requerer a intervenção federal. No Reino Unido, a Oil and Gas Authority (OGA) pode ser acionada caso uma operadora pleiteie acesso a uma linha existente. “Isso vale também para um conflito entre uma petroleira e uma distribuidora de gás, por exemplo”, explicou Jessica Mackenzie.

Terceiro maior exportador de gás do mundo, a Noruega criou, em 2001, a estatal Gassco para atuar como operador da rede de gasodutos. “Isso facilita o acesso à malha”, afirmou Gunnar Sjøgren.

Nos EUA o acesso é livre à malha de gasodutos de mais de 2,5 milhões de km, explicou Rachel Halpern.

A facilitação do acesso à infraestrutura de escoamento e tratamento do gás natural está entre as diretrizes definidas pelo Gás para Crescer, programa lançado em 2016 pelo governo federal para fomentar o desenvolvimento do setor.

“Estamos trabalhando no aprimoramento da regulação para atrair novos investimentos para o Brasil”, afirmou o diretor de E&P do Ministério de

Minas e Energia (MME), João Vicente de Carvalho Vieira.

Participações governamentais

Rachel Halpern ressaltou que, nos EUA, a maior parte do óleo e do gás são produzidos em propriedades privadas e que, nesses casos, são pagos encargos a estados e municípios. Quando as atividades ocorrem em áreas do governo federal, cobram-se também royalties e bônus.

Já no Reino Unido todos os hidrocarbonetos pertencem à Coroa, que cobra impostos “modestos” para encorajar as petroleiras a investir, segundo Jessica Mackenzie.

Em 2014, o governo britânico fez uma revisão no regime fiscal, em função do amadurecimento das bacias, a fim de incentivar a maximização da recuperação das reservas. “Hoje, na fase de descomissionamento, as empresas recebem apoio do governo e pagam taxas reduzidas”, explicou.

Gunnar Sjøgren admitiu que os encargos na Noruega são altos, mas ressaltou que as regras são extremamente claras e amigáveis aos investidores. “A Noruega tem regras simples para permitir que as empresas ganhem muito dinheiro. Aí o governo taxa e ganha também”, argumentou o dirigente.

Com o apoio institucional dos Consulados e a colaboração das entidades governamentais - DOE, BEIS, NPD, ANP e MME, o 1st Oil & Gas Regulation International Benchmark Forum ressaltou a importância do monitoramento permanente do mercado internacional como referência para o aprimoramento regulatório no Brasil.

IBP e OGE Óleo.Gás.Energia já planejam o 2nd Benchmark Forum, em 2018.

Apoio:

